



Marque a opção do tipo de trabalho que está inscrevendo:

Resumo

Relato de Caso

INFRAESTRUTURA PARA ACESSIBILIDADE NO CAMPUS I DA UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

AUTOR PRINCIPAL: Nelita Pretto.

CO-AUTORES: Priscilla Fossatti de Carvalho, Wagner Mazetto de Oliveira e Rosa Maria Locatelli Kalil.

ORIENTADOR: Adriana Gelpi.

UNIVERSIDADE: Universidade de Passo Fundo.

INTRODUÇÃO

Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas, a acessibilidade é definida como "a condição para utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação por uma pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida".

Com a crescente expansão urbana e deslocamentos diferenciados, cresce a importância da implantação de infraestruturas cada vez mais eficientes. É neste contexto, que se insere a problemática da Universidade de Passo Fundo.

O Campus I está localizado fora da área urbana da cidade e teve a implantação de sua infraestrutura universitária organizada sem projeto urbano e plano diretor para expansões futuras. Diante disso, o projeto teve como objetivo adaptar sua infraestrutura, a fim de adequá-la a realidade de sua área urbana, proporcionando acessibilidade universal aos seus usuários.

DESENVOLVIMENTO:

A primeira etapa do projeto foi realizada em gabinete, em que se realizou pesquisa, coleta de dados, estudos de caso e revisão da norma ABNT NBR 9050:2004. A segunda etapa contou com o levantamento de campo, identificação de pontos críticos e análise topográfica através de anotações, medições e registros fotográficos, diagnosticando a infraestrutura para pedestres e verificando suas condições e requisitos para a acessibilidade universal. A terceira e última parte, também realizada em gabinete, consistiu na organização dos dados coletados, análise das informações, traçado digital da rota acessível, elaboração do projeto e detalhamento das obras de arte (travessias, rampas, percursos, rebaixos, elevações e mobiliário).

Conforme Herce (2009), o objetivo fundamental do planejamento da mobilidade urbana é conseguir que as pessoas voltem a caminhar para deslocamentos curtos, e usar o transporte coletivo para os deslocamentos mais longos. Neste sentido é bem vindo o planejamento que contemple os pedestres, o uso de bicicletas, o transporte público, o veículo privado e a distribuição racional de mercadorias, buscando uma mobilidade sustentável.

O campus central da Universidade de Passo Fundo é um pólo de ensino regional, convergindo para ele, estudantes de vários municípios do norte do RS. Devido a isso, o campus torna-se um referencial como instituição de ensino dentro do Estado, com cerca de 14 mil alunos e dentre eles 26 que apresentam mobilidade reduzida, segundo o Setor de Atenção ao Estudantes (SAES). Com a grande demanda de alunos ao ensino superior e ao sistema de CAMPI da UPF, surgiu a necessidade de adequação dos espaços às novas demandas do Século XXI, do Estatuto da Cidade, das Diretrizes do MEC e da acessibilidade universal, carecendo de maior atenção às diversas exigências legais e sociais em relação à acessibilidade e à democratização dos espaços de uso público e do ensino democrático.

Para Cruz e Pires (2010), a acessibilidade é um atributo de projeto, o qual deve conter as condições básicas para a promoção do acesso e permanência em todos os ambientes projetados. Mas, além disto, é muito importante que as condições para tornar a escola ou qualquer espaço inclusivo contemplem também o entorno da edificação, solucionando acessos e circulações, reduzindo ou eliminando desníveis, buscando a regularidade de pisos, disponibilizando sinalização visual, tátil e sonora, adequando ambiente e mobiliário.

Nesse contexto, foram realizadas as adaptações do campus I da UPF, em que se implantou faixa direcional sobre e pelo menos um lado dos passeios já existentes na extensão de todo o campus, rampas, travessias elevadas, intersecções e melhorias nos pontos de embarque e desembarque de passageiros, visando atender a normatização vigente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Com relação a implantação da rota acessível, ressalta-se que reformas e adaptações a rotas ou edificações são bem mais dispendiosas do que as construídas acessíveis, além de muitas vezes, a correção ser impossível de ser realizada. Neste sentido, é essencial que a acessibilidade seja um condicionante da concepção de projeto, juntamente com os condicionantes plásticos, funcionais e estruturais.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004.

CRUZ, M. B. L. de M., PIRES, T. C. V. **Adequação nas escolas do Rio Grande do Norte – projetando ambientes escolares como fator de inclusão social**. In PRADO, A. R. de A, LOPES, M. E, ORNSTEIN, S. W. (org.) *Desenho Universal: caminhos da acessibilidade no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2010.

HERCE, Manuel. El derecho a la movilidad in **Sobre la movilidad en la ciudad**. Propuestas para recuperar un derecho ciudadano. Barcelona: Reverté, S.A, 2009.

ANEXOS

Figura 1: rampa anterior as modificações	Figura 2: rampa com modificações
	
Fonte: imagens feitas pelo autor.	Fonte: imagens feitas pelo autor.

Figura 3: Travessia de pedestres anterior as modificações	Figura 4: Travessia elevada ainda em fase de execução com algumas modificações a serem feitas.
	
Fonte: imagens feitas pelo autor.	Fonte: imagens feitas pelo autor.

Figura 5: Perspectiva do ponto de embarque e desembarque

Fonte: desenho realizado pela equipe responsável pelo projeto de acessibilidade.

